



Gilberto Miranda

Senado poderá fiscalizar os monopólios

Proposta de criação de quatro subcomissões para fiscalizar e controlar as ações do governo relativas à execução das políticas públicas para os setores de telecomunicações; petróleo e gás; portuário e navegação de cabotagem; e elétrico será votada hoje, dia 23, pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado (CFC), em reunião marcada para as 17h30. A criação dessas subcomissões foi requerida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM).

A comissão vai apreciar também a proposta de programa de trabalho da comissão para o biênio 95/96, apresentada pelo seu presidente em exercício, senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE).

A CFC examinará ainda requerimento do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) propondo auditoria do Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos do Finam/Sudam, a partir de 1974.

Senadores repudiam as agressões a FHC

Parlamentares de diferentes partidos unem-se na condenação aos ataques contra o presidente da República na visita ao Nordeste

As manifestações de protestos registradas durante a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Nordeste foram repudiadas ontem, em plenário, por vários senadores. Bernardo Cabral (PP-AM) classificou-as como "agressões desabridas à figura do presidente da República". Para ele, os protestos fazem parte da vida democrática, mas as agressões contra o presidente têm sido fonte de inquietação porque distorcem a convivência democrática.

O líder do governo, senador Elcio Álvares (PFL-ES), afirmou que as agressões são "manifestações ruidosas, orquestradas por uma minoria que perdeu as eleições". Para ele, o pensamento dominante no Senado quanto à questão foi sintetizado por Bernardo Cabral.

Jefferson Peres (PSDB-AM) registrou não ter visto "uma condenação veemente por par-

te dos líderes da oposição". Ele disse preocupar-se ainda mais ao ver que Leonel Brizola nega legitimidade às reformas via Parlamento. Quanto às agres-

PSTU e PC do B", e Luís Inácio Lula da Silva e o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, teriam adotado a estratégia "fácil de morder e soprar ao mesmo tempo".

José Eduardo Dutra (PT-SE) assegurou que "atos de vandalismo são condenados pela direção do PT e da CUT" e que esta não é uma posição hipócrita. Por outro lado, "não concordamos com que se utilizem atos isolados para lançar a pecha de inimigo da democracia sobre o PT", disse.

O senador Antônio Carlos Valadares (PP-SE) afirmou ter certeza de que os dirigentes maiores do PT não aprovam as agressões.

"As pedradas em Campina Grande não representam o povo paraibano", afirmou o senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

■ **Leia mais sobre a repercussão da visita de FHC ao Nordeste na página 3**



Cabral: agressões distorcem convivência democrática

sões, observou que se tratam de crimes previstos no Código Penal.

Valmir Campelo (PTB-DF) disse que as televisões mostram bandeiras vermelhas, "do PT,

Maldaner: Não é hora de pensar em sucessão

Página 2

País perde cientistas, alerta Arruda

Página 4

Lauro sugere reforma no Judiciário

Página 2

ACM elogia Dom Lucas na CNBB

Página 4

Não é hora de pensar na sucessão de 98, diz Maldaner

Senador do PMDB condena reunião no Jaburu para articular permanência da aliança PDSB-PFL no poder

Não é hora de articular a sucessão de 98. A observação foi feita pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), preocupado com as notícias divulgadas pela imprensa a respeito de reunião ocorrida na semana passada no Palácio do Jaburu, residência oficial do vice-presidente Marco Maciel, e na qual integrantes das bancadas do PFL e PSDB teriam traçado planos para manter-se no poder através da reeleição do presidente.

- Este não é o momento para pensar nisso. Agora, o fundamental são as reformas. A na-

ção quer ver as transformações prometidas, quer ver trabalho, quer a preocupação em resolver os grandes problemas do país. O presidente não deve deixar que alguns assessores do primeiro ou segundo escalão decepcionem o povo brasileiro, quer ver a todos engajados nas reformas - afirmou.



Casildo Maldaner

Maldaner assinalou que este tipo de comportamento, vindo de assessores do presidente, é totalmente inoportuno, pois em função do consenso de que as reformas são necessárias, "os partidos estão se dando as mãos, formal ou informalmente", numa demonstração de sensibilidade aos anseios da sociedade.

Lauro defende a reforma do Judiciário

A reforma do Poder Judiciário foi defendida pelo senador Lauro Campos (PT-DF), ao criticar a lentidão da Justiça no Brasil. Lembrou, a propósito, que grande parte dos dissídios trabalhistas só é resolvida quando chega ao Tribunal Superior do Trabalho.

O senador fez referência a estudo realizado pelo juiz Antônio Álvares da Silva, mostrando que o valor total das demandas trabalhistas no país é inferior às despesas da União com a Justiça do Trabalho.

Lauro Campos também lamentou a crise mundial causada por confrontos étnicos e pelas relações econômicas injustas, que privilegiam grupos e excluem a maioria da população.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta, dentre outros assuntos: *Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1992 (nº 95/91, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança na admissão de empregado. (Em discussão. Parecer nº 290/95-CAS, favorável); *Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1993 (nº 3.404/89, na Casa de origem), que introduz alterações no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulo à pesca. (Em discussão. Parecer nº 294/95-CAS, favorável); *Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1993 (nº 1.403/91, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que muda a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências. (Em discussão. Parecer nº 293/95-CAE, favorável, com substitutivo).

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta, entre outros assuntos: *Emendas de 1 a 4 da Câmara dos Deputados oferecidas ao PLS Nº 112, de 1988, que concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos, nas condições que especifica. *Projeto de lei do Senado Nº 49, de 1995 (terminativo), que dá nova redação ao art. 23 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de Desestatização. *Projeto de Lei do Senado Nº 116, de 1995 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de créditos subsidiados às empresas que estão sendo privatizadas ou a seus controladores. *Projeto de Lei do Senado Nº 65, de 1995 (terminativo), que cria condições para a descontração industrial e estabelece sistemática de preços dos produtos siderúrgicos. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 992/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.204/61, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta, entre outros assuntos: *Projeto de lei da Câmara Nº 224, de 1993, que dispõe sobre inspeção em barragens e obras de arte. - *Projeto de lei da Câmara Nº 005, de 1995, não terminativo, que dispõe sobre limites de aproveitamentos das quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica de capacidade reduzida e dá outras providências. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

16h30 - Comissão Especial sobre o desenvolvimento do Vale do São Francisco

Pauta: Painel sobre irrigação pública e privada. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão de Educação

Pauta: Matérias de competência da comissão, destacando-se: PLC nº 4/95, (não terminativo), que dispõe sobre o arquivamento de cópias de filmes cinematográficos, e dá outras providências; *PLC nº 15/95 (não terminativo), que proíbe a captura de mamíferos aquáticos das ordens sirêneo, carnívora e cetáceo, e de répteis da ordem chelônia, em território brasileiro, e dá outras providências; *PLS nº 38/95 (terminativo), que dispõe sobre o ensino da língua espanhola nos estados limítrofes com os países formadores do Mercosul. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte

Pauta: Instalação escolha do presidente, vice-presidente e escolha do relator. Local Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno.

Pauta: Discussão e votação do anteprojeto do Regimento Interno. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Proposta do programa de trabalho para o biênio 1995/96, entre outros temas. Local: sala 09 da ala senador Alexandre Costa.



Humberto Lucena

Estados já não suportam pagar dívida

O estado da Paraíba não suporta mais gastar 20% de sua receita líquida real para pagar dívidas com o governo federal e suas autarquias. A advertência foi feita, em plenário, pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), ao defender projeto que apresentou com outros parlamentares objetivando reduzir esses gastos para 9% da receita. Hoje, a legislação obriga os estados a destinarem 11% de sua receita no pagamento de dívidas com a União, mas muitos deles devem ao INSS, ao FGTS e à área habitacional, o que eleva o percentual.

No caso da Paraíba, a cada três meses, por causa de sua dívida externa, são destinados 26% da receita líquida só para pagar dívidas, e isso acontecerá nos próximos 30 anos. Humberto Lucena afirmou que o Brasil vive momentos de reforma do Estado, mas muitas administrações estaduais não agüentam esperar pelas reformas constitucionais, e conclamou os senadores a aprovarem com urgência as propostas de redução dos gastos estaduais com dívidas.

- Tenho receio de que as dívidas estaduais e municipais possam, ao longo da reforma do Estado ora iniciada, dificultar o próprio avanço do país - opinou Lucena.

Viagem de FHC ao Nordeste causa polêmica no plenário

Joel de Hollanda faz avaliação positiva, mas Antônio Carlos Magalhães e Beni Veras criticam a organização

A avaliação positiva da visita do presidente da República ao Nordeste, feita em pronunciamento pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), gerou polêmica no plenário, tendo os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Beni Veras (PSDB-CE) levantado, em apartes, críticas quanto à organização da viagem e também ao alcance das medidas anunciadas.

Ao final do debate, Joel de Hollanda admitiu parcialmente algumas das considerações feitas pelos dois senadores, mas ressaltou que mantinha sua posição inicial, acreditando que, apesar das falhas ocorridas na organização da comitiva, houve ganhos substanciais

para o futuro dos nordestinos, em especial quanto ao desenvolvimento de obras de aproveitamento dos recursos hídricos, na garantia de continuidade para a construção da hidrelétrica de Xingó, e nos recursos anunciados para a reforma de aeroportos.

Ao fazer suas críticas, Antonio Carlos Magalhães esclareceu que já as havia transmitido anteriormente ao próprio presidente: "Para poder continuar defendendo o governo no Congresso, tenho que dizer o que acho verdadeiro". O senador caracterizou a viagem como "inoporuna e politicamente errada" e disse que ela "não trouxe dividendos, nem ao presidente, nem à re-

gião".

Antônio Carlos criticou, em especial, a falta de organização da comitiva, assinalando que os presidentes do Senado e da Câmara, ambos nordestinos, não foram consultados e os parlamentares da região não foram convidados. Afirmou que o discurso de Fernando Henrique "não teve nada de novo", pedando por não assumir um grande projeto para o Nordeste. Discordou também da escolha da sede da Sudene para ponto central da visita, por considerá-la "um órgão inteiramente esclerosado".

Já Beni Veras lamentou que o presidente não tenha deixado para ir ao Nordeste "depois de realizar um estudo mais aprofundado dos problemas da região, que lhe permitissem uma visão mais nítida". O senador disse que sua maior expectativa em relação à ação do governo federal para o Nordeste é a adoção de um projeto global de desenvolvimento.



Joel de Hollanda

Ornellas cobra plano para S. Francisco

Ao cobrar do governo a reavaliação da política desenvolvimentista para a região, o senador Waldeck Ornellas (PFL-BA) pediu urgência na regulamentação do Plano Diretor do Vale do São Francisco (Planvale), que já foi transformado em lei pelo Congresso. Ornellas, que é relator da comissão temporária do Senado que estuda políticas para o desenvolvimento da área, disse que o presidente da República, ao se reunir com os governadores do Nordeste, na sede da Sudene, no último sábado, "constatou que no Polígono das Secas só houve investimentos no se-

tor hidrelétrico".

Segundo ele, apesar de a Constituição de 1946 ter priorizado a região, os investimentos têm sido relegados nos últimos anos "a pequenos repasses orçamentários e a um ou outro projeto com financiamento do BID e do Banco Mundial". Disse ainda que a falta de definição da administração pública permitiu que somente 300 mil hectares dos 800 mil hectares irrigáveis da bacia do São Francisco tenham se beneficiado com a irrigação.

"Não há investimento federal, pois dessa totalidade a maioria é da iniciativa privada", frisou.

Waldeck Ornellas enfatizou a necessidade de a Secretaria do Tesouro Nacional cumprir os compromissos orçamentários com o Vale do São Francisco, salientando que a União só irrigará este ano 28 mil hectares, da meta de 35 mil comprometida no Orçamento.



Waldeck Ornellas

SAÚDE Bezerra denuncia equivoco

A "política equivocada" do governo federal está colocando em risco de fechamento a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis. O alerta foi feito pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ao criticar a redução do número de autorizações de internação hospitalar (AIHs). Com a medida, segundo ele, foi alterado todo o sistema de faturamento e manutenção dos hospitais, "provocando naquela localidade mato-grossense uma crise semelhante à experimentada em várias cidades do país".

Carlos Bezerra, que já havia questionado, em discurso, a decisão do ministro da Saúde, Adib Jatene, de reduzir o número de autorizações de internação, responsabilizou o governo pelos danos que a população de Rondonópolis vier a sofrer, caso se confirme o fechamento do hospital.

De acordo com Carlos Bezerra, Rondonópolis acreditou na proposta de reforma da saúde pública e melhorou todo o seu sistema. Atingiu um atendimento mensal superior a 100 mil e reduziu a mortalidade infantil de 50 para 16 por mil nascimentos, transformando-se em modelo do programa de agentes comunitários de saúde.



Carlos Bezerra



José Roberto Arruda

País perde os seus cientistas, alerta Arruda

Pesquisadores da Embrapa estão indo para o estrangeiro em busca de melhores salários

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) já está perdendo cientistas para empresas estrangeiras por causa dos baixos salários oferecidos pelo governo. O alerta partiu do senador José Roberto Arruda (PP-DF), durante discurso em que lembrou os avanços da agropecuária brasileira graças às pesquisas da Embrapa.

José Roberto Arruda informou que a Embrapa gastou, em seus 22 anos, cerca de US\$ 500 milhões para que 800 pesquisadores frequentassem cursos de doutorado, no Brasil e no exterior, e outros mil técnicos fizessem mestrado no país. "O Brasil não pode correr o risco de perder esses quase dois mil pesquisadores e técnicos para empresas privadas estrangeiras", asseverou o senador. Ele pediu ao governo federal uma política de car-

gos e salários para a Embrapa, único caminho para se evitar o êxodo desses cientistas.

Para justificar seu alerta, Arruda lembrou que o Brasil tem um potencial agrícola enorme, ao contrário de boa parte dos países do mundo. Do total exportado, 35% são de produtos oriundos do setor agropecuário. O peso do setor pode ser medido pelos 35% de participação do PIB brasileiro. "Apenas 30% dos brasileiros moram na área rural, mas o setor oferece, direta ou indiretamente, 40% dos empregos de todo o país", destacou.

Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou ter visto, na Amazônia, pesquisadores da Embrapa usarem até veículos de uma empresa privada para trabalhar no melhoramento do guaraná. Osmar Dias (PP-PR) também apoiou o pronunciamento de José Roberto Arruda na defesa da Embrapa.

CNBB

ACM elogia escolha de dom Lucas

A eleição do arcebispo de Salvador, dom Lucas Moreira Neves, para a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi saudada pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), para quem o fato assinala uma mudança nos rumos da Igreja Católica no Brasil, no sentido de privilegiar "o trabalho de evangelização que falta na CNBB".

Falando em nome da liderança do PFL, Antonio



Antônio Carlos

Carlos congratulou o clero brasileiro pela escolha, ressaltando que, por tratar-se de "figura querida do Santo Padre", a presença de dom Lucas na presidência da CNBB dará

maior destaque ao nome do Brasil, "levando ao Vaticano a força dos católicos brasileiros".

O senador disse que, por ser "um bispo que sabe bem servir à causa de Deus", dom Lucas "não divide, mas une os homens", e, portanto, atuará acima das classificações do clero em conservadores e progressistas, colocando-se ao serviço dos mais humildes, mas sem descurar do trabalho de evangelização.

A Igreja Católica está precisando de padres que evangelizem - ressaltou Antonio Carlos Magalhães.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.